

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Uma boa e uma má notícia	2
Título: Novo presidente quer Petrobras 'forte, não gigante'	2
Título: Dólar recua 1,46%, a R\$ 3,755, e Bolsa registra novo recorde	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Ministro rejeita intervenção em preços de combustíveis	6
Título: Gasolina recua nas refinarias ao menor valor em 15 meses	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Presidente da Petrobrás quer fim de subsídios	9
Título: Estatal confirma vazamento em tanque no litoral do Rio	11
Título: Bolsa volta a bater recorde e dólar cai abaixo dos R\$ 3,80	12
Título: » Minhas regras.	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Preço de combustível precisa ser razoável	13
Título: Gasolina abaixo de R\$ 4 no DF	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Ministério monitora diesel e avalia uso da Cide para equalizar o preço	16
Título: Só recorde pode impedir 1ª queda em cinco anos na produção de petróleo	17
Título: Exportação de manufaturado fica estável	19
Título: País precisa corrigir modelos de negócios no setor de energia	20
Título: Exploração em águas profundas será prioridade da Petrobras	22
Título: Discurso indica que estatal não irá sofrer 'intervenção'	24
Título: Destaques	26

Título: Após resolver crise, Anglo muda direção no Brasil.....	26
Título: Equatorial avalia aumento de capital	28
Título: Curta.....	29
Título: Soro de leite vira biocombustível na Argentina.....	30
Título: Os valores da farda que volta ao poder.....	30

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Uma boa e uma má notícia

Na posse de Roberto Castello Branco na presidência da Petrobras, ontem, a turma do petróleo era unânime quanto a uma boa e uma má notícia. A boa era o alinhamento dos discursos do novo presidente da estatal com os do **ministro Bento Costa Lima Leite, de Minas e Energia**, e de Décio Oddone, diretor-geral da ANP. A má notícia é que Castello Branco assume num momento de grande volatilidade do preço do petróleo —que despencou, em um mês, de US\$ 80 para 50.

A volta por baixo...

Quem estava discretamente na posse de Castello Branco era o ex-banqueiro Luiz Cezar Fernandes, 74 anos, que já foi um dos homens mais ricos do país e hoje enfrenta dificuldades. Em 1983, ele fundou o Pactual, com Paulo Guedes como sócio.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordonez, Bruno Rosa E Daiane Costa

Título: Novo presidente quer Petrobras ‘forte, não gigante’

Ao assumir a estatal, Roberto Castello Branco descartou mudanças na política de preços de combustíveis e defendeu parcerias para investir

O economista Roberto Castello Branco assumiu ontem a presidência da Petrobras disposto a buscar mais parcerias, reduzir custos e vender ativos para aumentar os investimentos da estatal. Na cerimônia de posse, que contou com a presença dos ministros da Economia, Paulo Guedes, e de **Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**, Castello Branco afirmou que os preços dos combustíveis da Petrobras continuarão a acompanhar as variações da cotação internacional do petróleo, para evitar prejuízos com a importação de derivados e manter a saúde financeira da companhia para investir no seu principal negócio: a exploração de campos em águas profundas e ultra profundas, como as do pré-sal, de maior produtividade.

— O importante é ser forte, e não gigante. O foco é onde a Petrobras é dona natural do ativo, como os grandes campos de petróleo em águas profundas e ultraprofundas. Vamos acelerar a produção de petróleo, e as parcerias serão sempre bem-vindas. Ser simples é o máximo da sofisticação — discursou Castello Branco na solenidade realizada na sede da empresa, no Centro do Rio.

Na presença do governador do Rio, Wilson Witzel, o novo presidente da Petrobras afirmou que o crescimento da estatal beneficiará o estado:

— Há um novo amanhecer no Brasil e na Petrobras para trazer benefícios para os acionistas e a sociedade brasileira. O crescimento da Petrobras pode beneficiar o Rio. O Rio pode ser uma nova Houston — afirmou, referindo-se à cidade americana conhecida como a capital internacional do petróleo.

— Vamos ousar, respeitando as leis, as pessoas e o meio ambiente. Impossível é nada. Impossível é apenas uma palavra.

Castello Branco listou as prioridades para a estatal em sua gestão. Na lista estão a gestão do portfólio, a busca por custo baixo e eficiência, a meritocracia, a segurança no trabalho e a proteção ao meio ambiente.

Paulo Guedes não discursou, mas o almirante Bento Albuquerque afirmou que não haverá interferência do governo na política de preços dos combustíveis da estatal. Ele disse que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) trabalhará com a Petrobras para dar mais transparência a esse modelo, para que a sociedade entenda pelo que está pagando.

A variação quase diária do preço do óleo diesel na gestão de Pedro Parente (2016-2018) foi um dos principais motivos da greve dos caminhoneiros, em maio do ano passado, que levou à criação do programa de subsídios ao combustível, encerrado em 31 de dezembro.

— Quando damos transparência a esse processo, podemos fazer algumas correções, eliminar subsídios e tornar mais claro aquilo que é justo que seja pago pelo combustível. Precisamos de uma perfeita sintonia entre a justa remuneração para as empresas e os preços razoáveis para a sociedade.

VENDA DE ATIVOS

Castello Branco seguiu na mesma linha, descartando subsídios, e defendendo competição na área de refino, hoje dominada pela Petrobras:

— Os preços de combustíveis devem atender à paridade internacional com um sonoro não aos subsídios e à tentativa de exercício de poder de monopólio — afirmou. — A solidão da indústria do refino do petróleo nos incomoda. Como amantes da competição, gostaríamos de ter outros players investindo em refinarias e competindo com a Petrobras.

O novo presidente da Petrobras indicou que pretende dar continuidade ao processo de venda de campos de petróleo em terra e em águas rasas, além de refinarias e outros ativos, como forma de reforçar a saúde financeira da estatal para investir no aumento da produção em campos de alta produtividade, como os do pré-sal. No entanto, a tarefa será um dos seus principais desafios no cargo.

A empresa tem um plano de se desfazer de US\$ 26,9 bilhões em negócios até 2023, mas enfrenta dificuldades. No ano passado, o STF proibiu a venda de subsidiárias de estatais sem aprovação do Congresso. Nos dois últimos anos, a estatal arrecadou US\$ 8,3 bilhões com vendas.

— Se a Petrobras é dona natural de ativos em campos de águas profundas, isso é duvidoso para campos em terra e em refino. Esses ativos devem ser objeto de análise, com foco no desinvestimento. E esses recursos com a venda de ativos serão para abater dívidas e investir em outros campos de águas profundas. Ser estratégico é criar valor.

Maus projetos trazem desesperança. Não seremos vendedores de ilusão — afirmou ele, que recebeu o crachá de presidente de Solange Guedes, diretora de Exploração da estatal, que exercia a presidência interinamente. O antecessor de Castello Branco, Ivan Monteiro, não compareceu.

Entre as primeiras decisões que Castello Branco terá de tomar está a recomposição da cúpula da estatal. Das sete diretorias da estatal, duas estão vagas desde 31 de dezembro: a de Refino e Gás, com a saída de Jorge Celestino, e a de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão, que era ocupada por Nelson Silva. Também houve baixas no Conselho de Administração.

O presidente, Luiz Nelson Guedes de Carvalho, e o conselheiro Francisco Petros renunciaram em 1º de janeiro. Segundo fontes, as renúncias estão ligadas a divergências em relação ao estilo do novo presidente da estatal. Ontem, Castello Branco afirmou que ainda não definiu seus diretores, mas que vai escolher nomes “comprometidos com a geração de valor”.

O almirante Bento disse que espera chegar nos próximos cem dias a um entendimento com a Petrobras sobre o valor a ser pago pelo excedente da cessão onerosa de até cinco bilhões de barris do pré-sal na Bacia de Santos, parte do processo de capitalização da empresa em 2010.

Ele confirmou que a estatal deve ser indenizada por causa da queda no preço do petróleo após a declaração de comercialidade dos campos. Falta o valor. O fechamento do acordo é essencial para que o governo consiga realizar ainda este ano o mega-leilão das áreas, que pode render cerca de R\$ 100 bilhões.

— Vamos acelerar esse processo. Estamos discutindo a forma como esse pagamento será feito à Petrobras e o valor — disse o almirante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/01/2019

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro E Gabriel Martins

Título: Dólar recua 1,46%, a R\$ 3,755, e Bolsa registra novo recorde

Ibovespa avança 0,61%, aos 91.564 pontos. Ações da Petrobras têm valorização de até 2,45%, impulsionadas pela alta no petróleo no mercado externo

SÃO PAULO E RIO- O dólar comercial cedeu novamente ontem, na esteira das promessas do novo governo sobre a adoção de medidas mais liberais para a economia. A moeda americana recuou 1,46%, a R\$ 3,755. Já o Ibo-vespa, principal índice do mercado de ações brasileiro, se recuperou no fim do dia e fechou em alta de 0,61%, aos 91.564 pontos, um novo recorde histórico.

O mercado financeiro viu de forma positiva os compromissos assumidos pelos novos chefes das pastas ligadas à atividade econômica. Paulo Guedes, ministro da Economia, defendeu a reforma da Previdência, enquanto o **Almirante Bento Albuquerque, de Minas e Energia**, indicou que vai avançar no processo de privatização da Eletrobras.

— De fato, os investidores continuam com uma boa leitura a respeito da mudança de governo e dos discursos de alguns ministros — pontua Cleber Alessie, operador de câmbio da corretora H. Commcor, que reforçou, no entanto, que é necessário que essas promessas saiam do papel.

O dólar se enfraqueceu no cenário global. O Dollar Index, da Bloomberg, que mede o comportamento da divisa americana frente a uma cesta de dez moedas, recuou 0,56%.

Na avaliação de Ricardo Gomes da Silva Filho, superintendente da Correparti Corretora de Câmbio, o comportamento do dólar no exterior está relacionado à agenda de indicadores nos Estados Unidos:

— A divulgação do payroll (dados do mercado de trabalho), amanhã (hoje), deve deixar os mercados mais tenso se acelerar os níveis de volatilidade ao passo em que a liquidez vai retornando aos mercados.

O Ibovespa passou quase todo o dia em queda, refletindo os mercados externos. A melhora só veio no final, em especial por contado desempenho do petróleo no mercado internacional, que deu impulso às ações da Petrobras. As preferenciais (PN, sem direito a voto) subiram 2,45% e as ordinárias (ON, com voto), 2,08%. O barril do petróleo tipo Brent subiu 1,18%, a US\$ 55,56.

Além disso, houve um movimento de compra de ações concentrado no final, em especial por corretoras nacionais, um indicativo de que a alta foi impulsionada por investidores locais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Ministro rejeita intervenção em preços de combustíveis

Em posse de presidente da Petrobras, Bento Albuquerque defende competição

Rio de Janeiro- **O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse nesta quinta-feira (3) que o governo Jair Bolsonaro não vai interferir na política de preços dos combustíveis da Petrobras, mesmo em caso de disparada das cotações internacionais.

Ele participou da posse do novo presidente da companhia, Roberto Castello Branco.

Os dois defenderam maior competição em segmentos como refino e distribuição de combustíveis como alternativa para garantir melhores preços ao consumidor.

"Não há qualquer possibilidade de intervenção nos preços dos combustíveis", afirmou o ministro, em entrevista após a cerimônia de posse, no Rio de Janeiro.

O evento teve ainda as presenças também do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do governador do Rio, Wilson Witzel, além de autoridades e executivos do setor.

O Brasil acaba de passar por um programa de subvenção ao preço do diesel, que garantiu desconto de até R\$ 0,30 por litro a empresas que se comprometeram a vender o produto apreço tabelado.

O subsídio foi criado para pôr fim à paralisação dos caminhoneiros, que reclamavam da escalada dos preços.

O ministro declarou que o governo trabalhará para garantir maior transparência e competição no mercado, com o objetivo de garantir "preços justos" para o consumidor.

Ele não quis, porém, avaliar se os valores cobrados atualmente no país são altos ou baixos.

Em seu discurso, Castello Branco também defendeu alinhamento aos preços no exterior e disse ser contrário à criação de um imposto flexível sobre os combustíveis, proposta que constava do programa eleitoral de Bolsonaro como medida para suavizar volatilidades internacionais.

"Preços de mercado exercem papel importante em uma economia, sinalizando o que se pode consumir mais e o que se pode consumir menos. A colocação desse imposto apaga esse farol, seria uma intervenção do Estado", afirmou, em entrevista.

A política comercial da companhia passou a receber fortes questionamentos com a escalada dos preços no primeiro semestre de 2018, sendo criticada até por integrantes do governo Michel Temer, que indicou os executivos responsáveis por sua elaboração.

Com o petróleo em queda, porém, gasolina e diesel fecharam o ano em baixa nas refinarias.

Parte do grupo autoapelidado "Chicago Oldies" (os "Velhos de Chicago", referência à universidade americana por onde passaram Guedes e outros

integrantes da área econômica do governo), Castello Branco reforçou em seu discurso a defesa do liberalismo.

"Somos amantes da competição", afirmou. Ele defende maior abertura do setor para empresas estrangeiras e redução do papel da estatal em segmentos onde hoje a empresa é monopolista de fato, como refino, logística e gás natural.

Assim como no plano federal, uma das prioridades da Petrobras será reduzir o endividamento e, conseqüentemente, seu custo de capital.

Para isso, focará no aumento da produção do petróleo, área em que o executivo vê maior rentabilidade, e reavaliará sua presença em outros segmentos, colocando ativos à venda.

Castello Branco evitou adiantar quais áreas ou ativos poderão ser vendidos, alegando que as avaliações ainda serão feitas — antes da eleição, o governo Bolsonaro chegou a falar em venda da BR Distribuidora.

O governo Temer havia iniciado um processo de venda de participações em refinarias.

Ele, porém, adiantou que a solidão no refino incomoda a companhia. Atualmente, a Petrobras é responsável por 98% da capacidade nacional de produção de derivados.

A empresa chegou a abrir processo para a venda de fatias em quatro refinarias, mas as negociações foram suspensas após decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) determinando avaliação do Congresso para a privatização de ativos estatais.

Castello Branco afirmou que a estratégia tem como objetivo fortalecer a companhia, que se diversificou e cresceu demais.

"O relevante é ser forte e não gigante", argumentou, em seu discurso, no qual agradeceu seus antecessores Ivan Monteiro e Pedro Parente por "salvar a companhia do rebaixamento à segunda divisão".

O novo presidente da estatal ainda não definiu quem comporá a diretoria da empresa. Dois diretores da gestão anterior — Nelson Silva, da área de estratégia, e Jorge Celestino — deixaram a companhia antes do Natal.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 04/01/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Gasolina recua nas refinarias ao menor valor em 15 meses**

Rio de Janeiro- A Petrobras reduzirá em 2,73% o preço da gasolina em suas refinarias nesta quinta-feira (3), levando o valor ao menor patamar em 15 meses. O litro será vendido a R\$ 1,4675, em média.

Em valores corrigidos pela inflação, a última vez que o litro da gasolina foi vendido nas refinarias da estatal por menos de R\$ 1,50 foi em meados de setembro de 2017.

Depois, os preços dispararam, acompanhando a escalada das cotações internacionais do petróleo, até atingir, um ano depois, o recorde de R\$2,2676 por litro, também corrigidos pela inflação.

Desde então, a queda acumulada no preço é de 35,3%, reflexo da desvalorização das cotações internacionais do petróleo e do recuo da taxa de câmbio durante o processo eleitoral.

Nos postos, a gasolina era vendida na semana passada a R\$ 4,344 por litro, na média nacional, 1,75% mais que os R\$ 4,265 vigentes na última semana de 2017, em valores corrigidos pela inflação.

NP

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/01/2019****Seção: Economia****Autor: Denise Luna Fernanda Nunes Renata Batista / RIO****Título: Presidente da Petrobrás quer fim de subsídios**

Ao tomar posse, Castello Branco defendeu liberdade de preços e mais concorrência

O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, prometeu um "sonoro não para os subsídios" dos combustíveis, ao tomar posse no cargo ontem. Ele defendeu a liberdade de preços e criticou qualquer interferência do governo

para beneficiar os consumidores. O executivo ainda convocou investidores a competir com a estatal na produção de combustíveis. Após o discurso, as ações da Petrobrás na Bolsa subiram mais de 2%. A política de subsídio ao óleo diesel, que garantiu um desconto de R\$ 0,30 por litro, foi uma das medidas promovidas pelo governo de Michel Temer em resposta à greve dos caminhoneiros. Ela terminou no dia 31 de dezembro de 2018 e não será prorrogada.

A política previa um gasto de até R\$ 9,5 bilhões em recursos públicos só no ano passado para bancar a redução de preços. O fim do subsídio ao diesel, no entanto, não preocupa os caminhoneiros, porque a cotação internacional do petróleo e o câmbio recuaram. O representante do Comando Nacional do Transporte (CNT), Ivar Luiz Schmidt, afirma que a retirada do subsídio no preço do diesel já era esperada. As atenções da categoria continuam sobre a tabela de frete e sobre as medidas que o novo governo deverá tomar em relação ao assunto.

"A manutenção da tabela é hoje o maior desejo do setor." Concorrência. Ao defender a liberdade de preços e mais competição, a aposta de Castello Branco e também do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, presente na cerimônia de posse, é que os preços vão cair à medida que concorrentes construírem ou comprarem ativos de refino da estatal. Mas não foi dada nenhuma sinalização pelos dois de como esses investidores serão atraídos para o mercado brasileiro. Até mesmo a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em parceria com chineses CNPC, que já havia sido anunciado pela gestão anterior da estatal, ainda "é algo que deve ser estudado", segundo Castello Branco.

Os chineses e os indianos são vistos como os mais prováveis interessados no segmento de refino brasileiro, como afirmou o ex-presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e biocombustíveis (IBP) João Carlos De Luca. As grandes empresas não têm investido nesse segmento. "A solidão na indústria do refino nos incomoda; gostaríamos de ter outros players competindo", destacou Castello Branco. Já o ministro de Minas e Energia garantiu que não haverá interferência do governo no segmento de combustíveis.

"Estamos trabalhando para dar mais transparência à política de preços (da Petrobrás) para que a população entenda o que está pagando. Com isso, podemos fazer algumas correções, eliminar subsídios e tornar mais claro o que é justo de ser pago", disse Albuquerque. A Petrobrás continuará praticando uma política de preço alinhada com o mercado internacional. Para isso, terá de adequar sua estrutura de custos ao cenário de volatilidade do barril de petróleo. "O ano de 2018 nos lembrou quão voláteis podem ser os preços dos petróleo. Ficamos felizes com volatilidade alta, mas volatilidade baixa nos causa preocupação.

Para conviver com volatilidade baixa (dos preços), a companhia precisa reduzir e alongar dívida", afirmou em seu discurso. Segundo Castello Branco, que por quase 15 anos foi diretor da mineradora Vale, o Brasil, "parece envergonhado de explorar commodities". A prioridade da sua gestão, no entanto, será a produção de petróleo e gás natural. Ele disse ainda ser "otimista com o gás natural", que, em sua opinião, deve ter novas utilidades, como para fins automotivos.

Houston brasileira. Castello Branco disse que tentará transformar a Petrobrás numa "campeã", já que, nos últimos dois anos, seus antecessores apenas evitaram o rebaixamento. "A Petrobrás hoje é muito melhor que a de 2015. Escapou de ser rebaixada para a segunda divisão, mas ainda há muito o que fazer para ser uma campeã".

Da mesma forma, disse ele, o Estado do Rio, principal produtor nacional, deverá se transformar numa "Houston", em referência à cidade americana que tem o petróleo como principal fonte de renda. A projeção do governo é que, até 2027, o setor de petróleo e gás natural movimente R\$ 1,4 trilhão em investimento para fazer frente às necessidades de ampliação da exploração e produção de petróleo e gás natural e também de produção de combustíveis. / COLABOROU RENÉE PEREIRA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/01/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Estatal confirma vazamento em tanque no litoral do Rio

A Petrobrás confirmou ter detectado um vazamento em um dos tanques de uma plataforma no litoral do Rio de Janeiro. Em nota enviada ao "Estadão/Broadcast", a estatal informou que o vazamento teve início na manhã de quarta-feira, em uma unidade no campo de Espadarte, na Bacia de Campos, a aproximadamente 130 quilômetros da costa de Macaé, no litoral norte do Estado. De acordo com a Petrobrás, três embarcações atuam na dispersão da mancha, cujo volume inicial foi estimado em 1,4 mil litros de óleo cru.

Segundo o Ibama, esse vazamento provocou uma mancha de 31 quilômetros no mar. A Petrobrás informou ainda que a plataforma teve a produção interrompida em 1º de julho do ano passado, porque será desativada. A unidade foi afretada pela estatal e é operada pela Modec do Brasil. "O plano de emergência foi imediatamente acionado por ambas as empresas. Medidas de controle da situação foram tomadas, cessando o referido vazamento", diz a

nota. "Os órgãos reguladores foram devidamente informados e uma comissão de investigação vai apurar as causas do incidente em cooperação com a Modec."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/01/2019

Seção: Economia

Autor: Barbara Nascimento E Monique Heemann

Título: Bolsa volta a bater recorde e dólar cai abaixo dos R\$ 3,80

Otimismo com novo governo faz Ibovespa subir pelo 2º dia seguido, apesar de preocupações com desaceleração da economia global

Depois de passar a maior parte do pregão em baixa, o Ibovespa ganhou fôlego na reta final com a valorização das ações da Petrobrás e dos bancos. O índice atingiu um novo recorde pelo segundo dia consecutivo, ainda influenciado pelo otimismo com o governo Bolsonaro, apesar da pressão negativa vinda do exterior. Lá fora, as bolsas caíram com a preocupação dos investidores com uma desaceleração global, alimentada pela revisão para baixo na projeção de receita da gigante de tecnologia Apple. O cenário pessimista se acentuou com sinais negativos da indústria americana.

Em Nova York, os índices acionários caíram entre 2,4% e 3%. No Brasil, o Ibovespa fechou em alta de 0,61%, aos 91.564,25 pontos, após ter subido 3,56% no pregão da última quarta-feira. "O quadro continua positivo para os ativos de risco, uma vez que prevalece o otimismo com o novo governo", afirma Rafael Passos, analista da Guide Investimentos.

No fim do pregão, as ações da Petrobrás ganharam impulso após discurso de posse do novo presidente da estatal, Roberto Castello Branco. As ações da Petrobrás subiram mais de 2% ontem.

Câmbio. Também influenciado pelo otimismo com o governo de Jair Bolsonaro, o dólar saiu do patamar dos R\$ 3,80 e fechou cotado a R\$ 3,75, em queda de 1,23%.

Além das expectativas positivas em relação a possíveis medidas econômicas do novo governo, a queda da moeda americana em relação ao real foi impulsionada por uma perda global de força do dólar. O segundo dia consecutivo de alta no preço do petróleo também colaborou para fortalecer as moedas de países exportadores da commodity. Operadores ouvidos pelo

Estadão / Broadcast, no entanto, apontam que o fator de maior peso no mercado continua sendo o noticiário doméstico.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: » Minhas regras.

Coluna do Estadão

Apesar de a equipe técnica de Bolsonaro ter dito a ele que não poderia revogar a nomeação de Carlos Marun para o conselho de itaipu por se tratar de ato jurídico perfeito, o estatuto da empresa binacional permite a troca.

» Sinal verde. O texto diz que "a qualquer momento os governos poderão substituir os conselheiros". O governo brasileiro tem seis nomes no conselho.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/01/2019

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Preço de combustível precisa ser razoável

Apesar de a equipe econômica do novo governo afastar a possibilidade de interferência na definição de valores dos combustíveis nas refinarias, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, sinalizou que pode ocorrer uma “reflexão” sobre a política de preços da Petrobras. De acordo com o ministro, é preciso haver uma “perfeita sintonia entre a justa remuneração para a empresa, e os preços razoáveis para a sociedades”, mas sem que haja influência das autoridades do Executivo. As declarações foram dadas durante a cerimônia de posse do presidente da estatal, Roberto Castello Branco, no Rio de Janeiro. O novo gestor da companhia reforçou a necessidade de alinhamento dos preços dos combustíveis com o mercado internacional e de maior competitividade na indústria de óleo e gás.

No discurso de posse, Castello Branco ressaltou que a Petrobras é dominante na cadeia produtiva e de comercialização, o que “prejudica a companhia e os brasileiros”. Ele afirmou que é preciso diminuir o tamanho da empresa. “Tal situação não é boa para a economia brasileira, tampouco, para a companhia,

justamente por lhe ser excessivamente confortável. Os interesses do país e os da Petrobras devem ser conciliados por mudanças na estrutura legal e regulatória e pela venda de ativos. Assim, atrairemos investidores privados e, juntos, viabilizaremos a construção de um mercado competitivo e vibrante em nosso país”, defendeu Castello Branco.

O novo presidente propõe uma gestão liberal na Petrobras, sem interferências do Estado. “Atendendo a sugestões, vou reafirmar o óbvio ululante. Preços de combustíveis obedecerão à paridade internacional. Um sonoro não aos subsídios, um sonoro não à exploração de poder de monopólio”, enfatizou. A Petrobras estabelece os preços nas refinarias com base nas cotações do petróleo no mercado internacional e do dólar.

Apesar de o ministro de Minas e Energia propor uma reflexão sobre a política de preços, Castello Branco disse que os valores “obedecerão à paridade internacional”, e reforçou que o liberalismo é “fraterno”. “Quanto maior a intromissão na economia, mais restrita é a liberdade, menor é o crescimento econômico. É a construção de uma fábrica de pobres”, disse. Ele completou o argumento com um “sonoro não” aos subsídios e ao monopólio. “No futuro próximo, não estaremos sozinhos na indústria do refino”, frisou.

Populismo

Castello Branco também criticou as práticas “corruptas” adotadas na Petrobras antes do governo de Michel Temer. Segundo ele, o populismo “asfixiou” o empreendedorismo e a inovação. “O investimento e a produtividade foram reprimidos. Os gastos públicos se tornaram abundantes. O crescimento econômico foi substituído pelo redistributivismo perverso”, criticou. “Através de privilégios e monopólios, transferiu-se renda do povo brasileiro para pequenos grupos de interesse”, acrescentou.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, estava presente na cerimônia, mas não discursou. Castello Branco disse que se dedicará com “enorme entusiasmo e todo empenho” para administrar a maior empresa do Brasil. “A eleição do novo presidente é um marco histórico e oportunidade única de colocar o Brasil no caminho da prosperidade”, declarou.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, também afirmou, em seu discurso, que serão necessários investimentos de R\$ 1,8 trilhão na área de energia até 2027, sendo R\$ 1,4 trilhão no segmento de petróleo e gás. “O mercado apresenta boas projeções para o setor. Observamos uma intensa movimentação de investidores, ávidos por novas oportunidades, a partir de um novo ambiente de negócios”, afirmou.

**"Preços de combustíveis obedecerão à paridade internacional.
Um sonoro não aos subsídios, um sonoro não à exploração de poder de
monopólio"**

Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/01/2019

Seção: Economia

Autor: Marília Sena

Título: Gasolina abaixo de R\$ 4 no DF

A Petrobras reduziu para R\$ 1,4537 o valor cobrado pelo litro do combustível nas refinarias. O preço é o menor dos últimos 15 meses. A última vez que o litro da gasolina foi vendido por menos de R\$ 1,50 foi em setembro de 2017. Para César Berço, especialista em mercado financeiro da Universidade de Brasília (UnB), a redução no preço é o resultado da lua-de-mel com o novo governo e do cenário internacional. "Os discursos dos ministros estão gerando uma calma no mercado e o dólar está voltando ao patamar mais baixo. Isso influencia no valor do combustível."

A proximidade da posse de Jair Bolsonaro fez com que o preço da gasolina começasse a cair nos postos de Distrito Federal em meados de dezembro. Ontem, pesquisa realizada pelo Correio em 30 estabelecimentos mostrou que o bom humor com o novo governo se mantém. O litro do combustível, na maioria dos estabelecimentos, era vendida a menos de R\$ 4. Os preços variavam entre R\$ 3,889 e R\$ 4,679.

A empresária Lezani de Souza enfrentou uma fila de 20 minutos para pagar R\$ 3,899 no litro do produto em um posto na 206 Norte. Ela lamenta que precise esperar e rodar a cidade para encontrar preços mais em conta. "É um absurdo que ainda cobrem tão alto pelo combustível", reclamou.

Na opinião de Berço, a guerra entre os postos deve manter o valor da gasolina nessa média, já que as quedas de preço anunciados da Petrobras tardam a chegar para os consumidores. "Muitos estabelecimentos ainda têm combustível em estoque. É por isso que alguns preços baixam e outros não, mas a competição entre eles vai favorecer o consumidor", explicou.

O presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, concorda que a disputa entre os postos é que faz os preços caírem, mas reclama que a margem de lucro dos estabelecimentos continua muito baixa. "A redução da Petrobras é pouca diante

do que os postos de gasolina reduzem”, afirmou.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo | De Brasília

Título: Ministério monitora diesel e avalia uso da Cide para equalizar o preço

A nova equipe econômica avalia que o arrefecimento do preço do diesel deu tempo para o governo avaliar com mais tranquilidade a necessidade de uma nova medida ligada ao combustível. O comportamento dos preços no mercado doméstico, no entanto, continua sendo alvo de atenção, e a criação de uma política sobre o tema não está descartada.

Criado em junho de 2018 em meio à greve dos caminhoneiros, o subsídio dado pelo Tesouro Nacional expirou no fim do ano. Agora, representantes da equipe dizem que a subvenção não deve ser repetida até mesmo pela complexidade da medida - já que ela não está incluída no Orçamento de 2019.

Por isso, a depender da evolução dos preços, uma solução alternativa pode ser aplicada. Entre as opções, uma possibilidade sendo considerada pela nova equipe é tornar variável a tributação aplicada ao diesel. A intenção é usar a contribuição de intervenção no domínio econômico (Cide) como um "colchão" para amenizar a flutuação do preço do petróleo no mercado internacional.

A proposta foi originalmente criada pela equipe do ex-ministro da Fazenda Eduardo Guardia. Pela ideia, uma lei ordinária bastaria para criar a nova Cide - que teria alíquotas diferentes de acordo com o preço do petróleo. Apesar disso, ainda há dúvidas sobre a aplicabilidade imediata da solução - já que poderia ser necessário observar o princípio constitucional da noventena (que estabelece um intervalo de 90 dias entre a criação ou aumento do tributo e sua efetiva cobrança).

Os técnicos do governo consideram que o mecanismo tributário é mais adequado para amortecer os preços em comparação ao subsídio porque a subvenção pode ter mais dificuldades para se encaixar em previsões e metas orçamentárias. Do ponto de vista fiscal, os técnicos de Guardia chegaram a defender que a menor receita da Cide quando o petróleo subir seria compensada com maior arrecadação de royalties na exploração.

O subsídio ao diesel e a visão do novo governo sobre o tema ainda despertavam dúvidas. Em entrevista ao **Valor**, o vice-presidente Hamilton Mourão (PRB) chegou a dizer que a tendência seria o governo manter o subsídio. "[O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto] Heleno fez uma reunião a esse respeito. Acho que a tendência é manter o subsídio até que se consiga uma solução melhor." Ele apontou como solução definitiva uma mudança tributária. "Na minha visão, onde está a raiz desse problema todo? No sistema tributário. Então, se a gente consegue dar uma acertada na questão da tributação, e os combustíveis, qual o índice maior da tributação? É o ICMS, que é de onde os Estados tiram dinheiro."

De qualquer forma, o tema do diesel tem sido acompanhando por integrantes de diferentes ministérios. Na quarta-feira, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, em conversa com jornalistas após a cerimônia de posse no cargo, mencionou o uso da tabela de frete como possível compensação ao avanço do preço do combustível. "Obviamente, estamos atentos. Se houver problemas, incorporamos isso como custo importante e faremos reajuste na tabela de frete."

Ele compartilha a visão de que o subsídio deixou de ser necessário devido à queda do preço do petróleo e à valorização do real em relação ao dólar. "Isso fez com que a diferença entre preço de referência e o de comercialização permanecesse a mesma, mesmo sem os R\$ 0,30 de subsídio", afirmou Freitas. Ele também defendeu a manutenção da tabela de frete. "A tabela é importante, vamos seguir com ela e conversar com os setores para eliminar distorções", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/01/2019

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Só recorde pode impedir 1ª queda em cinco anos na produção de petróleo

Depois de quatro anos seguidos de crescimento, a produção nacional de petróleo deve ter fechado 2018 em queda. Os números finais do ano passado ainda não foram consolidados, mas ontem a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) informou que a produção caiu 1,8% em novembro, ante outubro, e acumula uma retração de 1,75% no ano.

Em novembro, foram produzidos, em média, 2,567 milhões de barris diários, o que representa uma queda de 1,1% na comparação com o mesmo mês de 2017.

No acumulado entre janeiro e novembro, a produção média foi de 2,577 milhões de barris/dia, ante os 2,622 milhões de barris/dia produzidos ao longo de 2017. Para igualar 2017, as petroleiras terão que reportar uma produção em dezembro de 3,1 milhões de barris/dia, resultado melhor que o recorde de 2,730 milhões de barris/dia obtido em dezembro de 2016.

A ANP atribuiu a queda registrada em novembro principalmente, à realização de paradas para manutenção nas plataformas Cidade de Ilhabela, no campo de Sapinhoá (Bacia de Santos), e na P-18 e P-37, no campo de Marlim (Bacia de Campos). O ano de 2018 foi marcado por um crescimento no número de paradas programadas.

Os dados da ANP evidenciam ainda um movimento de desconcentração do mercado. A Petrobras concentrou 74,25% do volume de petróleo produzido em novembro, no país, ante um percentual de 77,75% registrado em igual mês de 2017.

Já a produção média de gás natural do Brasil totalizou 112 milhões de metros cúbicos diários (m^3 /dia) em novembro, uma redução de 4% ante outubro e de 0,9% na comparação com o mesmo mês de 2017.

O aproveitamento do gás produzido no país alcançou 96,3% do volume total produzido em novembro. Foram disponibilizados ao mercado 59,6 milhões de m^3 /dia. Já a queima totalizou, no mês retrasado, 4,2 milhões de m^3 /dia, um aumento de 39,7% se comparada à do mês anterior e de 18,1% em relação à de novembro de 2017. O principal motivo para o aumento da queima foi o início do comissionamento da plataforma P-75, no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos.

A produção total de óleo e gás, por sua vez, caiu 2,3% ante outubro, para uma média de 3,274 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia). O pré-sal respondeu por 55,5% desse volume produzido.

Ao todo, a produção do pré-sal totalizou 1,817 milhão de boe/dia, o que representa uma redução de 1,3% em relação a outubro. Foram produzidos, em média, 1,45 milhão de barris/dia de petróleo e 58,4 milhões de m^3 /dia de gás natural.

O maior campo produtor do país, Lula (pré-sal da Bacia de Santos), produziu, sozinho, 903 mil barris/dia de petróleo, cerca de 35% da produção nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Ana Conceição | De São Paulo****Título: Exportação de manufaturado fica estável**

As exportações brasileiras de produtos manufaturados cresceram 7,4% em 2018 sobre 2017, quando subiram 9,4%. Mas, segundo cálculo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), se não forem consideradas as vendas de plataformas de petróleo (que tem efeito apenas contábil) a alta das exportações foi de apenas 1,5%.

Uma mudança tributária no Repetro (regime fiscal aduaneiro do setor de petróleo) fez com que novas plataformas não precisem mais passar por uma "exportação fictícia" - elas não saem do Brasil. Elas são, na realidade, compradas de fornecedores brasileiros por subsidiárias no exterior e depois "internalizadas" no Brasil como se estivessem sendo "alugadas", mesmo sem saírem do país fisicamente. No ano passado houve o registro contábil dessas operações na balança.

Segundo o Iedi, uma das principais causas dessa perda de dinamismo dos manufaturados foi a queda nas exportações de veículos, puxada pela retração das compras da Argentina, principal cliente brasileiro. Em 2018, as vendas externas de automóveis de passageiros caíram 23,2%, e as de veículos de carga, 20%.

"Ao minguar neste último ano, o resultado das exportações de manufaturados tornou-se um dos componentes da perda de fôlego da recuperação industrial, tornando mais distante a completa recomposição dos níveis de produção e vendas anteriores à grave crise recente", afirma o Iedi, em nota que analisa as exportações brasileiras de 2018, divulgadas na quarta pelo governo.

No ano passado, o Brasil obteve um superávit comercial de US\$ 58,3 bilhões, queda de 13,3% em relação a 2017, no critério da média diária. O saldo resultou de exportações de US\$ 239,5 bilhões e de importações de US\$ 181,2 bilhões. Houve uma elevação muito maior das importações, de 19,7%, do que dos embarques, que cresceram 9,6%, sempre na média diária.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/01/2019****Seção: Opinião****Autor: José Luís Alquéres****Título: País precisa corrigir modelos de negócios no setor de energia**

As grandes obras de energia e de infraestrutura são essenciais para o desenvolvimento econômico, mas devem ser estudadas, planejadas, projetadas e construídas com extrema competência, combinando esforços conjuntos da área pública e da iniciativa privada,

A história nos aponta também algumas lições que vão além da abordagem puramente técnica do que deva ser feito e, da mesma forma, o que deve ser evitado.

Obras públicas traziam oportunidades de enriquecimento para muita gente nos governos e nos seus fornecedores. Abaixo segue narrativa de episódio que despertará no leitor brasileiro a sensação de familiaridade com o tema.

O mundo vive uma fundamental transição no modelo energético, talvez a maior dos últimos séculos

Um famoso construtor, então aclamado por seu esplêndido trabalho em um projeto anterior, anunciou a intenção de iniciar uma nova e gigantesca obra civil de infraestrutura. A boa fama o precedia e não faltaram investidores dispostos a apoiá-lo.

Excessivamente confiante no sucesso profissional, o construtor negligenciou o estudo aprofundado das características geográficas e climáticas do local onde se deu a obra e desenvolveu um projeto falho. Após o início promissor, ficou caracterizada a impossibilidade de realizar o projeto como pensado por causa dos mapeamentos incorretos do terreno. Os oito meses de chuva por ano modificavam completamente a salubridade do local com epidemias de febre amarela, malária e outras doenças. Muitos perderam lá suas vidas. A mudança inevitável do projeto resultou em grande aumento do orçamento, para o que socorro do governo à empresa construtora se tornou cada vez maior.

O impacto conjugado de tais dificuldades levou o empreendimento à falência. Verificada a omissão de informações importantes a investidores pequenos que tudo perderam e, ainda assim, o suporte governamental para o projeto, passaram a ser suspeitos cerca de 510 deputados e muitos ministros envolvidos no processo (inclusive um famoso ministro, político de expressão nacional),

todos acusados de receber propinas e favorecimentos, fosse pelas mãos do famoso construtor ou, também, pelas de seu filho.

O escândalo político-financeiro explodiu e levou ao suicídio o diretor da construtora, responsável pelo interface com governo e investidores. Antes de dar cabo da própria vida, este deixou nas mãos de um jornalista da imprensa sensacionalista uma extensa lista de políticos, deputados e ministros implicados em vantagens indevidas.

Da noite para o dia o jornal se tornou um dos mais populares e influentes do país. A lista foi sendo publicada pouco a pouco criando um suspense em toda sociedade, que via a reputação de seus representantes políticos cair continuamente. Centenas de deputados viveram o receio de ler seus respectivos nomes como corruptos nas temidas manchetes do dia seguinte. No final, 104 deputados foram considerados culpados. Um dos ministros passou 3 anos na solitária.

Por mais atual que pareça, a situação narrada se refere à construção do Canal do Panamá e episódios ocorridos na França em torno de 1890. Além do pernicioso retrato da corrupção, vemos os perigos da falta de estudos e de bons projetos de engenharia. Fica clara a impropriedade de envolvimento de governos em assuntos que melhor cabem à instâncias privadas. Constatamos também a vulnerabilidade de formidáveis líderes quando expostos à situações complexas em ambiente de falta de governança.

O construtor é Ferdinand Lesseps, que antes conduziu com sucesso a construção do Canal de Suez. O engenheiro é Gustave Eiffel, o maior calculista de pontes e torres metálicas inclusive da que leva seu nome em Paris. O famoso ministro é George Clemenceau, herói da França; e o diretor é o Barão Jacques de Reinach.

Posteriormente à falência a obra foi retomada em 1904 por uma empresa americana e finalmente inaugurada em 1914.

Em nossos dias, onde o mote é a realização de obras de energia por empresas privadas, nunca é demais lembrar a importância de:

Um Estado forte, honesto e competente, comprometido com a sustentabilidade ambiental, econômica e social, investindo em estudos e engenharia para apontar e projetar as obras certas que resultem na implantação e operação futura de empreendimentos econômicos e seguros;

Agências reguladoras que fiscalizem o funcionamento dos projetos ao longo de sua vida, garantindo a boa gestão e impedindo abusos do poder econômico;

Primorosa governança que blinde das deletérias influências políticas as obras e projetos;

Empresas privadas fornecedoras de bens e serviços que além do domínio técnico comprem os requisitos de compliance

Equacionamento financeiro sólido com contratação de seguros de execução que assegurem a boa velocidade de implantação e a segurança do funcionamento da obra ao longo do seu ciclo de vida.

O Brasil vai necessitar de novos significativos investimentos em energia e não pode almejar que eles sejam bem executados e cumpram seu papel se forem repetidos os mesmos modelos de negócio que tantas falhas apresentaram nos últimos anos. O setor de energia elétrica brasileiro sofreu a degradação do seu planejamento, de concepções equivocadas em sua operação, da apropriação patrimonialista de suas empresas estatais. É também emblemática a lentidão na adoção de medidas que possam corrigir esta sucessão de erros em razão de ritos judiciais e fiscalizatórios que acabam beneficiando os inconsequentes e os incompetentes às custas dos consumidores.

O mundo está em meio a uma fundamental transição no modelo energético, talvez a maior dos últimos séculos, e precisamos que os futuros responsáveis pelo setor tenham respostas urgentes para os desafios aqui apontados.

José Luís Alquéres, ex-presidente da Eletrobras, é conselheiro do Clube de Engenharia

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Exploração em águas profundas será prioridade da Petrobras

Com sinais de continuidade em relação à gestão anterior, o novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, listou ontem como prioridades de sua administração a venda de ativos, redução do nível de endividamento, aumento da produtividade, meritocracia e segurança e proteção do meio ambiente. Segundo o executivo, a companhia deve continuar buscando parcerias com outras petroleiras e analisar a possibilidade de venda de ativos, principalmente que não sejam da competência principal da empresa, que é a exploração e produção de óleo e gás em águas profundas. Já a privatização da holding não está em pauta.

"Se a Petrobras é a dona natural de ativos de petróleo e gás em águas profundas e ultraprofundas, isso parece ser duvidoso para os campos maduros terrestres e em águas rasas, assim como para o midstream [logística] e o downstream [refino e abastecimento]. Tais ativos devem ser objeto de análise para inclusão no programa de gestão do portfólio da companhia com vistas ao desinvestimento", disse Castello Branco, em discurso na cerimônia de posse, na sede da companhia, no centro do Rio de Janeiro. "No futuro próximo não estaremos sozinhos na indústria do refino", projetou.

Questionado posteriormente por jornalistas sobre o programa de venda de ativos de refino e da possibilidade de privatização do controle da BR Distribuidora, o executivo disse, porém, que os dois assuntos ainda serão analisados. "Vamos proceder a uma profunda análise dos ativos para então, com base no resultado desse exame, fazer o que está consistente com a estratégia da companhia", disse.

Sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), o executivo afirmou não ter "nenhuma definição" ainda sobre o empreendimento. Atualmente a Petrobras possui um acordo com a chinesa CNPC para avaliar a retomada das obras da refinaria, em Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Perguntado sobre sua opinião em relação ao plano de negócios da Petrobras para o período 2019-2023, que prevê investimentos de US\$ 84,1 bilhões e desinvestimentos de US\$ 26,9 bilhões no período, Castello Branco disse que, em princípio, o documento é "muito bom", mas que ele terá a possibilidade de analisá-lo com maior profundidade.

Segundo ele, a prioridade da destinação dos recursos obtidos com desinvestimentos será o abatimento de dívida e o financiamento de investimentos em ativos da atividade principal da companhia: a exploração e produção em águas profundas.

O economista salientou a importância da saúde financeira da companhia, que chegou a ter uma das maiores dívidas corporativas do mundo. "Dada sua importância na economia brasileira, a Petrobras não só é afetada como também afeta o risco do crédito soberano do Brasil. A melhoria de sua percepção de risco influenciará positivamente o custo do capital para toda a economia brasileira."

Na linha da continuidade em relação à gestão de Pedro Parente e Ivan Monteiro, o novo presidente da Petrobras defendeu a prática de preços de combustíveis em paridade com o mercado internacional. "Preços de combustíveis obedecerão à paridade internacional, um sonoro 'não' aos subsídios e um sonoro 'não' à exploração de poder de monopólio."

Questionado ainda sobre a negociação do acordo da cessão onerosa com a União, Castello Branco disse que vai aguardar o novo governo se estabelecer para depois discutir o assunto. "A cessão onerosa será tratada pelo novo governo. Somos uma parte do acordo. Vamos aguardar o novo governo se estabelecer. Vamos ter oportunidade de discutir isso depois."

Presente à cerimônia, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que pretende concluir em até 100 dias a negociação com a Petrobras e a definição do megaleilão do excedente da cessão onerosa. Ele admitiu que a estatal será credora na negociação.

Participaram da cerimônia o ministro da Economia, Paulo Guedes, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, representantes da Marinha, entre outros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Discurso indica que estatal não irá sofrer 'intervenção'

Em seu primeiro discurso como presidente da Petrobras, o economista Roberto Castello Branco, disse ontem que a empresa "escapou de ser rebaixada para a segunda divisão", após a crise financeira e moral que varreu a companhia em meio aos desdobramentos da Operação Lava-Jato. Ao comentar sobre o perfil de sua gestão, afirmou que pautará sua administração na meritocracia e na liberdade de preços, em um sinal contrário aos temores de uma eventual intervenção política na companhia no governo Jair Bolsonaro.

Em tom elogioso às gestões de Pedro Parente e de Ivan Monteiro, os dois presidentes que o antecederam, o executivo afirmou que assume a companhia em uma situação muito melhor do que aquela encontrada em sua primeira passagem pela estatal, como conselheiro, entre 2015 e 2016, e que isso foi possível graças aos avanços na governança da empresa.

"Construiu-se sólida governança corporativa, rigorosas normas de ética e integridade foram implementadas e punidos os criminosos", discursou. "Encontrei naqueles dias sombrios [2015-2016] uma Petrobras que se defrontava com duas crises, uma crise moral e uma crise de dívida, a primeira acarretando a segunda. A companhia havia sido saqueada por uma organização

criminosa composta por políticos corruptos, capitalistas inimigos do capitalismo e pequeno grupo de funcionários", completou.

Castello Branco tomou posse ontem, em meio à renúncia do presidente do conselho, Luiz Nelson de Carvalho, e do conselheiro Francisco Petros.

A saída dos dois membros do conselho se dá semanas após um episódio que gerou ruídos nos bastidores da administração da empresa, envolvendo a presença de militares nos corredores da companhia durante o período de transição de governo. Há duas semanas, enquanto se preparava para a transição, **o almirante Bento Albuquerque, novo ministro de Minas e Energia, se instalou nos escritórios da Petrobras, no Rio, onde manteve reuniões de trabalho.**

O **Valor** apurou que, na ocasião, Albuquerque pediu à então presidente substituta da estatal, Solange Guedes, uma sala para ele e nove assessores - incluindo um cozinheiro - dentro da Petrobras. A presença de Albuquerque na estatal foi interpretada, por fontes próximas da companhia, como uma tentativa do novo ministro de ocupar espaço na petroleira e despertou a preocupação sobre até que ponto, na gestão de Jair Bolsonaro (PSL), o governo e os militares terão ingerência sobre a Petrobras. A estatal informou, na ocasião, que descartava ceder um gabinete permanente para o Ministério de Minas e Energia dentro da sede da companhia.

Albuquerque esteve ontem na cerimônia de posse e adotou um tom de sintonia com o novo presidente da Petrobras. O ministro reforçou, por exemplo, que o governo não vai interferir na formação dos preços do mercado de combustíveis brasileiro. Durante a cerimônia, Albuquerque esteve acompanhado de colegas da Marinha, como o almirante Julio Soares de Moura Neto, a quem Castello Branco saudou como o "mais longo Comandante da Marinha do Brasil" e que foi seu colega de turma no Colégio Naval, dentre outros almirantes. "A Petrobras me fez reencontrar a Marinha", saudou Castello Branco.

Nos últimos anos, a Petrobras adotou uma série de medidas que a alçaram ao Nível 2 de governança da B3: aumentou o número de membros independentes no conselho de administração, de 30% para 40%; e implementou um programa de prevenção da corrupção, que prevê um processo de "due diligence" de integridade para fornecedores e profissionais da empresa. Além disso, reformou o estatuto social, condicionando a prática de subsídios a indenizações por parte do governo; também criou comitês técnicos estatutários compostos por gerentes executivos que terão a função de analisar previamente e emitir recomendações sobre os temas que serão deliberados pelos diretores, que não podem mais decidir isoladamente.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/01/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

PetroRio faz oferta

A PetroRio e a australiana Karoon Energy estão entre as empresas que fizeram ofertas pelo campo de Baúna da Petrobras, localizado em águas rasas na Bacia de Santos. A informação é da agência de notícias "Reuters", citando fontes. Embora o potencial valor financeiro não tenha sido revelado, a PetroRio ofereceu, em 2016, US\$ 500 milhões pelo campo. A proposta, no entanto, não chegou a ser concretizada na época.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 04/01/2019**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Rocha | De São Paulo**Título:** Após resolver crise, Anglo muda direção no Brasil

Logo após solucionar os problemas relacionados à operação de minério de ferro de Minas-Rio, a mineradora britânica Anglo American anunciou mudanças no comando da companhia no país. Sai Ruben Fernandes, que esteve na presidência da operação brasileira por dois anos e meio, e entra Wilfred Bruijn, que presidia até o ano passado a Mineração Usiminas (Musa).

Fernandes fica no cargo até 1º março, após enfrentar uma paralisação de nove meses do projeto Minas-Rio devido ao vazamento de polpa de minério de ferro de um duto da companhia. A operação foi retomada no fim de dezembro, após obras no mineroduto. Juntamente com o reinício das atividades, a companhia também conquistou a licença ambiental para a terceira fase de produção da mina, que deve elevar, até o fim de 2020, a capacidade para 26,5 milhões de toneladas da commodity por ano.

O vazamento aconteceu em dois pontos do mineroduto, que cruza os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, com 529 quilômetros de extensão. Foi o terceiro incidente de impacto ambiental relacionado a mineração e metais no país desde 2015, depois do rompimento da barragem da Samarco em Mariana

(MG), e o vazamento de rejeitos da Alunorte, no início do ano passado, em Barcarena (PA).

O executivo, entretanto, não deixa a companhia. Fernandes assume a direção da unidade global de metais básicos da Anglo American, atualmente sob a guarda de Duncan Wanblad, que permanece como diretor de estratégia e desenvolvimento de negócios da empresa.

"Estamos em um momento de crescimento da companhia, onde é preciso focar no desenvolvimento de negócios", afirmou Fernandes, ao **Valor**, sobre a criação do novo cargo. "Era só a questão do melhor momento. Eu jamais me sentiria confortável de deixar o Brasil antes de resolver a questão do mineroduto e da fase três. Deixar o Brasil com esse potencial engatilhado."

A afirmação de Fernandes já está em linha com a de Mark Cutifani, presidente mundial da Anglo American, a quem ele deve se reportar diretamente na sede da companhia, em Londres. "Duncan Wanblad lidera nosso negócio de metais básicos desde 2013 e assumiu o portfólio de estratégia e desenvolvimento de negócios em 2016. À medida que avançamos na transformação do desempenho da Anglo American para liberar todo o nosso potencial, é apropriado alocarmos responsabilidade executiva dedicada a esses dois portfólios importantes", afirmou Cutifani em comunicado.

Sobre as responsabilidades de Fernandes na nova função, Cutifani destacou que ele "terá como base a reviravolta significativa no desempenho operacional incorporado por Duncan Wanblad e levar adiante nossa estratégia de negócios global para cobre e outros metais básicos".

Fernandes explica que o interesse principal da sua divisão será o desenvolvimento das operações de cobre na América do Sul. A Anglo possui minas do metal no Chile e tem como principal aposta o desenvolvimento da operação de Quellaveco, no Peru. "Acho que o negócio de metais básicos é uma das grandes avenidas de crescimento da Anglo. [Quellaveco] É uma mina de classe mundial, que está em desenvolvimento, e deve ampliar a presença da companhia em tamanho, em volume", diz Fernandes.

A Anglo American espera extrair a primeira produção de Quellaveco em 2022. A mina deve produzir 300 mil toneladas de cobre por ano, com vida útil esperada de 30 anos.

Metais básicos como o cobre e o níquel são uma aposta da mineradora levando em conta o cenário de adoção de energias limpas e dos carros elétricos. O futuro diretor da divisão destaca que, além das operações de cobre já em

desenvolvimento, podem ocorrer novas oportunidades no Peru e até mesmo no Brasil, onde a empresa já recebeu autorização legal para prospectar o metal.

Além de deixar o país com a situação de Minas-Rio resolvida, Fernandes também foi responsável pela venda, em 2016, das operações de nióbio e fosfato, por US\$ 1,5 bilhão, em um período de ajustes da Anglo American em todo o mundo. Além do minério de ferro, a empresa mantém operações de níquel no país.

O substituto de Fernandes no negócio brasileiro também tem grande experiência no setor, ocupando a presidência da Musa por oito anos, até pedir demissão da companhia em julho do ano passado. Na Usiminas, Bruijn também foi diretor de mineração, além de acumular passagens anteriores por Vale e MBR.

"São dois grandes desafios [para a Anglo American no Brasil]. No níquel é manter a estabilidade operacional, fazer com que ele continue bastante competitivo", diz Fernandes. "Para o minério, com a licença da fase três, é chegar na capacidade nominal, mostrar que Minas-Rio tem essa capacidade. O minério de Minas-Rio tem uma boa qualidade e a China valoriza esse produto."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Equatorial avalia aumento de capital

A administração da Equatorial Energia, que venceu na sexta-feira da semana passada o leilão da Ceal, distribuidora da Eletrobras no Alagoas, avalia a possibilidade de realizar um aumento de capital, para fazer frente aos investimentos necessários na empresa recém-adquirida e em outros ativos da companhia.

"O que estamos discutindo é se haverá necessidade de fato de fazer algum aumento de capital e em qual magnitude. Mas dada a característica de não ter concomitantemente um pico de alavancagem, uma necessidade financeira de curtíssimo prazo pressionando demais a companhia, podemos nos dar ao luxo de discutir bastante e ver se há necessidade ou não [do aumento de capital]. Então, se tiver [necessidade] será mais por uma questão econômica do que financeira", afirmou ontem o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Equatorial, Eduardo Haiama, durante teleconferência com analistas e investidores.

Com relação à Ceal, o edital do leilão prevê que a Equatorial faça um aporte de R\$ 546 milhões na data da assinatura do contrato de concessão da distribuidora, prevista para ocorrer entre fevereiro e março.

Haiana também contou que, assim como fez com a Cepisa, distribuidora da Eletrobras no Piauí adquirida em julho do ano passado, a companhia planeja pleitear uma revisão tarifária extraordinária (RTE) da Ceal no primeiro ano de concessão. Pelas regras relativas à privatização das distribuidoras da Eletrobras, o pleito pode ser realizado no primeiro ano, mas a implementação da RTE deve ocorrer após o primeiro ano tarifário da empresa, portanto a partir de 2020.

"Assim como na distribuidora do Piauí, que nós pleiteamos a revisão extraordinária no primeiro ano já do ciclo tarifário, no caso da Ceal faremos o mesmo. Estaremos pleiteando também para ter revisão da base de ativos dentro da tarifa ainda no primeiro ano", explicou Haiana.

Com a RTE, será possível rever a base de remuneração de ativos da distribuidora. No caso da Ceal, Haiana disse que existe um grande potencial de crescimento da base de remuneração da companhia, que seria considerada no cálculo da tarifa da empresa.

Segundo o executivo da Equatorial, a tendência é que os trabalhos na distribuidora de Alagoas sejam conduzidos de forma semelhante aos que foram iniciados na Cepisa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 04/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério sobe 0,76%

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao subiu 0,76% ontem, cotado a US\$ 72,62 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com 62% de ferro. Nos dois primeiros dias úteis do ano, a commodity registra desvalorização de 0,15%. No acumulado de 2018, a alta foi de 0,17%. No mercado futuro, os contratos do minério para maio subiram 1,12% em Dalian, para 497 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente avançaram 1,33% em Xangai, para 3.350 yuans a tonelada. O vergalhão subiu 1,95%, para 3.455 yuans a tonelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/01/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo****Título: Soro de leite vira biocombustível na Argentina**

Pesquisadores das universidades argentinas Río Cuarto e Villa María conseguiram produzir um biocombustível a partir de soro de leite, resíduo poluente gerado em grandes quantidades pelas indústrias produtoras de queijo.

Em nota, a equipe liderada por Lilia Cavaglieri afirma que a pesquisa é inovadora porque foi utilizado um microorganismo com alto potencial biotecnológico no processo.

O soro é poluente devido a seu elevado teor de matéria orgânica - 0,25 a 0,30 litro de soro não tratado equivale ao esgoto produzido em um dia por uma pessoa, diz o site argentino Agritotal, que conversou com os pesquisadores. Para cada quilo de queijo produzido, há uma média de 9 litros de soro, líquido de cor clara composto por 95% de água, 4% de lactose e 1% de proteína.

A Argentina produz cerca de 9 milhões de toneladas de soro de queijo por ano. Cerca de 60% desse volume é descartado e, e é necessário tratá-lo como efluente industrial para não contaminar solos, lençóis freáticos, rios ou lagoas.

O biocombustível testado é considerado de "primeira geração" porque é obtido a partir de resíduos industriais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 04/01/2019****Seção: Cultura e Estilo****Autor: Maria Cristina Fernandes | De São Paulo****Título: Os valores da farda que volta ao poder**

Os oficiais do Exército brasileiro creditam à televisão, aos bancos, ao Congresso Nacional e às multinacionais, nesta ordem, o maior grau de influência política no país. Indagados que instituições deveriam exercê-la, os oficiais se incluem. Colocam as Forças Armadas em quarto lugar entre as aquelas que deveriam ter mais peso político, depois do Congresso, da academia e do Judiciário.

Confrontados com a afirmação do ex-ministro da Guerra do Estado Novo e ex-candidato à Presidência da República, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, de que a política deveria ser mantida fora dos quartéis, a maioria dos oficiais do Exército manifestou discordância. A maior aderência à afirmação de que "cabe ao Exército agir, mesmo que politicamente, quando a pátria estiver em perigo" se dá entre jovens tenentes (63,5%). A adesão à tese agrega menos da metade (48,7%) dos coronéis e generais.

Os dados estão em "A Construção da Identidade do Oficial do Exército Brasileiro", publicado no ano passado pela editora da PUC-RJ. O autor, o major Denis de Miranda, é professor da Academia Militar das Agulhas Negras, escola de formação de oficiais e única porta para o generalato na Força. Por lá passaram o presidente Jair Bolsonaro (turma de 1977) e todos os generais do primeiro escalão, o vice Hamilton Mourão (1975), o ministro do Gabinete de Segurança Institucional, Heleno Ribeiro (1969), o titular da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz (1974) e o da Defesa, Fernando de Azevedo e Silva (1976).

O livro é resultado do mestrado em sociologia das instituições militares, da PUC-Rio, incentivado por convênio entre os Ministérios da Defesa e da Educação. Para escrevê-lo, Miranda enviou 2.015 formulários para oficiais formados na Aman. Recebeu de volta 643, o que deu à pesquisa uma margem de confiança de 98%. Entre aqueles que responderam, estão 90 generais e coronéis, 249 tenentes-coronéis e majores, 216 capitães e 88 tenentes.

No prelo, na mesma editora, está novo levantamento, ainda mais amplo, encabeçado pelo coordenador do núcleo de sociologia das instituições militares, Eduardo de Vasconcellos Raposo. Os primeiros tabulamentos sugerem uma convergência entre os valores militares e aqueles que se fizeram vitoriosos no eleitorado nacional.

A pesquisa de Miranda mostra que a geração de oficiais pós-redemocratização quis se notabilizar pelas operações militares propriamente ditas, mas foi tragada por atividades como o combate à seca e as operações de garantia da lei e da ordem. Mais da metade dos entrevistados reconhece que as ações subsidiárias lhes trazem mais reconhecimento da sociedade.

Esse perfil explica por que generais do Alto Comando do Exército têm demonstrado preocupação com a politização dos quartéis. A judicialização da política, como se viu, levou à politização do Judiciário. Não parecem infundados os temores de que a militarização da política leve à politização dos militares.

A corporação que se vê mais reconhecida em atividades civis e advoga o dever de agir politicamente quando a 'pátria' estiver em perigo revela sua maior

insatisfação com os seus rendimentos. Este batalhão de insatisfeitos terá uma proeminência política inédita nos últimos 30 anos num governo supostamente comprometido com o ajuste fiscal.

A tabela de soldos das Forças Armadas é parte da explicação para o primeiro tiro do general Mourão no anunciado conflito com o Judiciário - "Eles não conhecem o Brasil" (**Valor**, 28/12/2018). O soldo de um tenente (R\$ 7,5 mil) equivale a um terço do salário de entrada de carreiras do Judiciário e do Executivo.

A insatisfação salarial mitiga o espírito de corpo dos oficiais. Entre tenentes, grupo que tem menos de dez anos na carreira, mais da metade mudaria de carreira se pudesse preservar a estabilidade. No grupo de coronéis e generais, que já têm mais de 30 anos de Exército e estão às portas da aposentadoria, a intenção de virar a vida pelo avesso atinge apenas um em cada dez.

"Se não fosse militar, qual outra carreira seguiria?" A resposta demonstra o desacerto entre o espírito das Forças Armadas e o coração liberal do ministro Paulo Guedes. Ao ingressar na carreira, o oficial tem, a seu dispor, todo o plano de carreira das décadas seguintes, com as promoções e aperfeiçoamentos que precisará fazer para atingi-las. É essa mentalidade, e não o apetite da livre-iniciativa, que prevalece. Sem a farda, mais da metade rumaria para fazer um concurso público. Entre os mais jovens essa opção abocanha 72,7% de adesão.

Esse espírito de corpo se dilui no momento em que o Exército é mais endógeno do que nunca. A pesquisa de Miranda mostra que 45% dos oficiais são filhos de militares. Na década de 1960 a fatia de cadetes da Aman cujos pais estavam na carreira pouco ultrapassava um terço. Um outro estudioso das Forças Armadas e professor da Universidade Federal de São Carlos, Piero Leirner, atribui a essa endogenia o caldo de receptividade da base das Forças Armadas à candidatura de Jair Bolsonaro.

A primeira vez em que se deu conta disso foi em 2012, quando ministrou curso na Fundação Getúlio Vargas, no Rio, para uma turma majoritariamente de militares. Um major reclamou da Comissão da Verdade. Mais tarde, em viagem de pesquisa a São Gabriel da Cachoeira (AM), região que vivia sob uma onipresente liderança do general Heleno Ribeiro, o clima era o mesmo.

O relatório da Comissão colocaria sob o mesmo carimbo os brigadeiros Eduardo Gomes, patrono da Aeronáutica, e João Paulo Burnier, cuja ficha corrida vai da tentativa de golpe contra Juscelino Kubitschek à trama que planejava explodir o gásômetro do Rio em 1968 para incriminar os dissidentes da ditadura.

O relatório também teria abespinhado a geração da caserna que subiu a rampa com Bolsonaro por ter colocado no mesmo balaio Cyro e Leo Etchengoyen, respectivamente tio e pai do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional do governo Michel Temer, Sérgio Etchengoyen. O primeiro foi apontado pelo coronel Paulo Malhães como um dos responsáveis pelo centro de tortura de Petrópolis, que ficaria conhecido como Casa da Morte, mas o irmão foi chefe do Estado-Maior sem registro de envolvimento com tortura.

Ao relatório some-se a reação da ex-presidente Dilma Rousseff ao manifesto do Clube Militar contra o documento. A determinação para que a entidade, de caráter privado, se retratasse, foi seguida por outro manifesto, ainda mais duro. Foi depois desses fatos que Bolsonaro compareceu, pela primeira vez como convidado, à uma cerimônia de formatura da Aman, em 2014. Dava início ali a uma campanha marcada pela presença em cerimônias militares de toda ordem, às quais não compareceria sem a anuência dos comandantes.

O capitão, que ao longo de seus seis mandatos anteriores como deputado federal não ultrapassara as plateias de mulheres e viúvas de militares, cativaria, ao longo do sétimo, as bases das Forças Armadas e seu comando.

Na pesquisa do major Miranda, o tema aparece na caixinha 'revanchismo político' como um dos maiores problemas das Forças Armadas, ainda que atrás das limitações materiais dos 'soldos baixos' e 'orçamento inadequado'. Serviu de amálgama a uma corporação, que desgastada pela ditadura, se construiu em torno de valores que buscavam diferenciá-la das instituições civis.

Se o revanchismo, a corrupção da esquerda à direita e a crise pavimentaram o apoio militar, não bastarão como norte para o governo. Na bússola do presidente não faltam ímãs que o empurram em direções opostas, a começar pela abertura ao investimento externo e à aliança incondicional com Donald Trump.

Ao longo das três décadas em que os militares estiveram longe do poder, o anticomunismo perdeu lugar para a defesa da soberania contra a internacionalização das organizações não governamentais.

O discurso que embala a revisão da reserva Raposa Serra do Sol vem daí. Leirner identifica na ascensão da Batalha dos Guararapes, do século XVII, em que as três raças se uniram para derrotar os batavos, a construção simbólica de um exército em busca de inimigos externos.

Parece um discurso desbotado, particularmente na era de um militar bandeirante, como Bolsonaro, mas ainda encontra ressonância. A presença das multinacionais identificada na pesquisa de Miranda como um dos interesses que

exercem influência demasiada no país, é uma evidência clara das pressões para que o governo Bolsonaro se encaixe nos moldes do ultradireitismo nacionalista que tem em Trump e em Viktor Orbán, o primeiro-ministro da Hungria que prestigiou sua posse, como os principais representantes.

O nacionalismo, no entanto, está longe de unificar os militares do governo, a começar por Hamilton Mourão, de quem se registram, ao contrário dos demais generais do governo, posições mais alinhadas com o pró-americanismo pregado pelo novo Itamaraty do chanceler Ernesto Araújo.

Um posto avançado desta batalha já se estabeleceu na Petrobras. O novo presidente, Roberto Castello Branco, foi ungido por Paulo Guedes para comandá-la porque comunga de suas convicções liberais.

O ministro da Economia já deixou claro que pretende se valer da cessão onerosa para recompor o caixa do governo, ainda que sua regulamentação esteja pendurada no Congresso. Duas semanas antes da posse, no entanto, o **Almirante Bento Leite de Albuquerque Junior, nomeado ministro de Minas e Energia**, pediu à empresa que providenciasse acomodações para que lá se instalasse com nove assessores. A presença de um cozinheiro na comitiva é um sinal mais do que eloquente da batalha que está por vir.

Maria Cristina Fernandes, jornalista do Valor, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: mcristina.fernandes@valor.com.br

MME / ASCOM .